

PROPOSTA Nº 74 DE 2007



Câmara dos Deputados

## Comissão de Legislação Participativa

APENSADOS

AUTOR:

CONSELHO DE DEFESA SOCIAL DE ESTRELA DO SUL-  
CONDESESUL

DATA DE ENTRADA

29/10/2007

EMENTA:

Sugere Projeto de Lei onde os entes públicos com autonomia financeira deverão aplicar no mínimo 20%(vinte por cento) dos recursos destinados em despesas de investimento.

### DISTRIBUIÇÃO/REDISTRIBUIÇÃO/VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	
Em: _____ / _____ / _____	Presidente: _____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	
Em: _____ / _____ / _____	Presidente: _____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	
Em: _____ / _____ / _____	Presidente: _____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	
Em: _____ / _____ / _____	Presidente: _____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	
Em: _____ / _____ / _____	Presidente: _____

PARECER:

DATA DE SAÍDA



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

## **CADASTRO DA ENTIDADE**

**Denominação:** Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul - CONDESESUL

**CNPJ:** 03.005.604/0001-19

**Tipos de Entidades:** ( ) Associação ( ) Federação ( ) Sindicato

( ) ONG ( X ) Outros (CONSELHO)

**Endereço:** Rua Francisco de Vasconcelos, 125 e Rua Iraí de Minas, s/nº, Centro

**Cidade:** Estrela do Sul **Estado:** MG **CEP:** 38.525-000

**Fone:** (34) 3843.1317 / 3843.1397 / 1141 **Fax:** (34) 3843-1317

**Correio-eletrônico:** andreluis\_melo@yahoo.com

**Responsáveis:** Presidente Zoilda da Paz

### **DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins que a documentação especificada nas alíneas "a" e "b" do art. 2º do Regulamento Interno da Comissão de Legislação Participativa, do Conselho supramencionado, encontra-se regularizada até a presente data e arquivada nesta Comissão à disposição de qualquer interessado.

Brasília, DF, 29 de Outubro de 2007.

Amílcar Amaral Couto  
Secretário em exercício

## **Sugestão de Projeto de Lei**

Art.1º. Os entes públicos com autonomia financeira deverão aplicar no mínimo 20% (vinte por cento) dos recursos destinados em despesas de investimento.

Art. 2º. Anualmente será realizada pelo menos uma audiência pública para se discutir os gastos com a sociedade, bem como consulta pública através da internet para sugestões sobre aplicação dos recursos.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

### **Justificativa:**

O objetivo da presente proposta é otimizar o uso do recurso pública e evitar a “privatização” de parte do orçamento para uso exclusivo de servidores públicos e sem nenhum controle social efetivo, nem mesmo participação.

Normalmente, observa-se que verbas destinadas a órgãos públicos como Ministério Público e Judiciário acabam sendo usado apenas para questões de pagamento de pessoal, sem planejamento e sem eficiência de resultados, priorizando apenas aumentos salariais e deixando de investir em tecnologia de trabalho.